

Parlamentarismo de Cabral virá 4 meses depois da nova Carta

23 AGO 1987

Brasília— O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), definiu o prazo de implantação do parlamentarismo em 120 dias após a promulgação da nova Constituição, em acordo feito com o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) e os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e Afonso Arinos (PFL-RJ). No seu anteprojeto, Cabral abandona a idéia de deixar o presidente José Sarney governando até o fim de seu mandato pelo sistema presidencialista. Ele confirmou que nas disposições transitórias vai preservar o mandato de seis anos, pois ele prefere deixar esta questão, considerada polêmica, para ser definida pelo plenário da Constituinte.

A pedido de Bernardo Cabral, Ulysses Guimarães aceitou transferir de hoje para quarta-feira o prazo final de entrega do anteprojeto à Comissão de Sistematização. O adiamento foi aceito em função do atraso na apreciação das 20 mil 800 emendas oferecidas ao trabalho inicial do relator. Nesses três dias, Cabral concluirá também entendimentos em torno de questões onde há impasse, como reforma agrária e anistia aos militares.

Se vingar a tese do parlamentarismo com seis anos de mandato, para favorecer o presidente José Sarney, o líder do PMDB, senador Mário Covas, vai à luta pelos quatro anos de mandato com presidencialismo. "Toda a ação casuística leva a uma reação casuística em sentido contrário", afirmou o senador. Para o líder, a Constituinte tinha a obrigação de desvincular as discussões sobre o mandato de Sarney e sobre o regime de governo e os mandatos dos futuros presidentes. "O sistema de governo que vai figurar na Constituição é uma disposição permanente, o mandato do Sarney é uma questão temporária e transitória", justificou.

Reforma agrária ainda provoca controvérsia

Sem que tivessem sequer passado os olhos sobre qualquer esboço de relatório do deputado Bernardo Cabral, os treze relatores-adjuntos consumiram praticamente toda a manhã, no gabinete do 24º andar do Banco do Brasil, discutindo um único tema: a reforma agrária.

O pomo da discórdia entre os representantes da esquerda e da direita era a questão da imissão imediata na posse — a figura jurídica que possibilitaria ao governo assumir imediatamente a posse da terra desapropriada para fins de reforma agrária, independentemente das arguições legais por parte do proprietário.

"Isto é negar a existência da própria Justiça", protestou o senador Virgílio Távora (PDS-CE), que durante toda a reunião falou como representante dos conservadores. "Eles não abrem mão da imissão de posse e, após decisão judicial, apenas admitem que se indenize o desapropriado em dinheiro. Nós queremos que, após decisão judicial sumariíssima, se ficar provada a injustiça da desapropriação, a terra seja devolvida ao dono", resumiu Távora, referindo-se às divergências com os constituintes que expressam o pensamento da esquerda.